

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O COTIDIANO:
reflexões para o município de São Luís, MA*

THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AND EVERYDAY LIFE:
reflections for the city of São Luís, MA

LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO Y LA VIDA COTIDIANA:
reflexiones para el municipio de São Luís, MA

*Luiz Eduardo Neves dos Santos
João Claudino Tavares*

Resumo: Análise da produção do espaço urbano em São Luís tendo como referência a verticalização urbana, a fragmentação socioespacial e a análise do cotidiano urbano. A expansão da sociedade de consumo e a urbanização das cidades brasileiras e, mais especificamente, de São Luís, acaba por gerar alienação e diferentes formas de apropriação do espaço pelos grupos sociais. Neste processo, o sistema econômico globalizado é representado pela explicitação e dominação do meio técnico-científico. Entretanto, este sistema, ao se expandir, não se tornou único, mas tão somente hegemônico. Sua expansão se efetivou a partir da contradição fundamental que separa grupos dominantes de grupos dominados em uma cidade claramente dividida.

Palavras-chave: Espaço urbano. Verticalização urbana. Segregação socioespacial. Cotidiano. São Luís.

Abstract: The article deals with the production of urban space in the city of São Luís with reference to urban verticalization, sociospatial fragmentation and analysis of urban daily life. The expansion of consumer society and the urbanization of Brazilian cities, and more specifically of São Luís ends up generating different forms of alienation and appropriation of space by social groups. In this process, the global economic system is represented by the explicitness and domination of the technical-scientific field. However, this system, as it expanded, has not become single, but only hegemonic. Its expansion was accomplished from the fundamental contradiction that separates dominant from dominated groups in a clearly divided city.

Keywords: Urban space. Urban verticalization. Sociospatial segregation. Everyday life. São Luís city.

Resumen: El artículo se ocupa de la producción del espacio urbano em São Luís com respecto a la verticalización urbana, la fragmentación sócio-espacial y el análisis de la vida cotidiana urbana. La expansión de la sociedad de consumo y la urbanización de las ciudades brasileñas, y más específicamente de São Luís acaba generando diferentes formas de la alienación y la apropiación del espacio por parte de grupos sociales. Em este processo, El sistema econômico mundial está representado por la claridad y el dominio de los medios técnicos y científicos. Sin embargo, este sistema, al ampliarse, no se convirtió en uno solo, sino solamente en hegemónico. Su expansión se llevó a cabo debido a la contradicción fundamental que separa a los grupos dominantes de los grupos dominados en una ciudad claramente dividida.

Palabras clave: Espacio urbano. Verticalización urbana. Segregación socio-espacial. Vida cotidiana. São Luís.

1 INTRODUÇÃO

A cidade pode ser explicada como um conjunto de objetos, produzidos com intuitos variados e carregados de intencionalidades. Por isso, a cidade abarca duas produções, uma material, observada na fabricação, utilização e circulação de objetos técnicos e outra simbólica, abstrata, representada pela maneira com que os indivíduos dão sentido àquilo que

os cerca. A subjetividade é o ponto essencial deste processo.

São Luís, capital do Estado do Maranhão, constitui nos tempos atuais uma grande aglomeração urbana, compondo um espaço amplo e diversificado que abarca uma população de 1.011.943 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

*Artigo recebido em outubro 2011

Aprovado em dezembro 2011

O século XX proporcionou a consolidação de um sistema de trocas de mercadorias globalizado. No entanto, isto não representou a homogeneização do modo de como o território se apresenta. O espaço, sendo produto das relações sociais, ainda é o espaço plural derivado da riqueza da imaginação humana, expressa na diversidade cultural.

O solo e a habitação em São Luís são transformados em mercadorias, seu consumo só aumenta, visto que fazem parte das estratégias do grande capital imobiliário e financeiro, contribuindo para a produção e a reprodução do espaço e suas contradições.

Este artigo trata das transformações que a cidade de São Luís vem experimentando nos últimos anos em decorrência da rápida transformação de seu espaço urbano. O processo de verticalização e a expansão urbana horizontal, inerentes às grandes cidades brasileiras, aparecem como principais elementos de diversificação espacial.

O estudo provoca ainda uma discussão sobre o *Cotidiano Urbano*, caracterizado neste contexto como um patamar da realidade socioeconômica, visto que, a partir dele, homens e mulheres produzem coisas, ideias e representações, ou seja, é no cotidiano que se dá a produção da vida.

O artigo é estruturado em quatro sessões principais a saber: a primeira versa sobre a abordagem dos conceitos de *espaço*, *cidade*, *urbano* e *urbanização* a partir de um enfoque referente às suas contradições. A segunda faz uma abordagem teórica sobre os desdobramentos do conceito de *cotidiano*, segundo pensadores como Lefebvre, Kosik e Heller. A terceira sessão aborda conceituações sobre a verticalização urbana e a segregação socioespacial. Por fim, aborda-se a produção e a fragmentação do espaço urbano de São Luís, intrínsecas a produção do cotidiano na cidade. Por isso, a análise do cotidiano neste trabalho se faz relevante, já que pode servir como um dos caminhos rumo ao desenvolvimento dos grupos humanos em uma cidade que não para de expandir-se.

2 ESPAÇO, CIDADE, URBANO E URBANIZAÇÃO

O *espaço*, objeto deste estudo, é concebido como expressão das relações sociais de produção. Esta produção envolve trabalho, lazer, ideologia, dentre outros, que através do consumo ditam os movimentos e a circulação de mercadorias na esfera cidadina.

O espaço urbano é o da contradição, próprio da crise que a cidade moderna abarca com todas as suas problemáticas em direção ao colapso. Em contraposição ao espaço da racionalidade, planejado para quem o domina, objeto de troca, de consumo, ou seja, negociável. Amélia Luísa Damiani ao tratar da oposição entre uma "lógica formal" e uma "lógica dialética" a propósito do espaço afirma:

Há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel. Toda a racionalidade econômica e política pesam sobre o cotidiano, enquanto vivido. (DAMIANI, 2001a, p. 52).

A autora chama a atenção para a produção incessante de um espaço cada vez mais racional, um império das representações, uma lógica da mercadoria que acentua as desigualdades e camufla a essência espacial. O espaço é reduzido ao tecnocrático, ao planejamento dirigido, que deteriora a dialética do tempo.

Outra visão, igualmente importante, sobre o espaço é feita por Ana Fani Alessandri Carlos, a qual baseada nas formulações de Henri Lefebvre, concebe o espaço como "condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade" (CARLOS, 2001, p. 11). Sua análise sobre o espaço urbano se dá a partir da reprodução do capital, da mercadoria e da reprodução da vida, que ganha força na sua relação dialética com os processos espaciais.

A análise do espaço urbano fundamenta-se no entendimento da dominação política, que impõe uma lógica (formal) e uma racionalidade à cidade, uma acumulação de capital que dá condições para que o concreto e o abstrato sejam metamorfoseados, produzindo o lugar na cidade. Esta produção se dá a partir da deterioração de ideologias, valores e identidades, ou a partir do anseio de uma mudança, na busca incessante da crítica e dialética do espaço-tempo.

Milton Santos, na obra *A Natureza do Espaço* (SANTOS, 2002), afirma que se deve estudar o par dialético e indissociável do conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações que formam o espaço. Para ele, "em cada período histórico observa-se um novo arranjo de objetos situados num determinado sistema de técnicas, possibilitando também o surgimento de novas formas de ações" (SANTOS, 2002, p. 96).

A *cidade* pode ser traduzida como um conjunto de objetos técnicos materiais, rede viária,

edifícios, parques, praças, shopping centers, dentre outros. Seu entendimento engloba os conhecimentos dos grupos que a projetaram e a construíram.

O *urbano* complementa e consolida a noção mais ampla do que conhecemos como cidade. Ele tem a ver com o subjetivo, o simbólico, o que está por trás da paisagem urbana que compõe a cidade moderna.

Santos (1992, p. 241) diferenciou a *cidade do urbano* afirmando que a primeira "é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano, enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade". O que se pode inferir, a partir disso, é que cidade e urbano se interpenetram, estão amalgamados.

Pelo exposto, o que tem de ser levado em consideração, quando tratamos do espaço urbano, é que sua existência não seria possível sem o conteúdo que lhe dá sentido: os grupos humanos. É através dos sistemas de ações que se criam os objetos técnicos e é partir dessa relação intrínseca, entre ações e objetos (em sentido amplo), que a sociedade pode vir a alcançar as transformações no/do espaço em tempos de globalização.

Não é possível apenas pensar a cidade como quadro físico, visto que ela é dotada das intencionalidades dos grupos humanos, que a molda a partir de suas vontades e interesses. A interpretação e análise das práticas socioespaciais são uma das chaves para se entender o fenômeno urbano na cidade moderna. Um caminho possível seriam os estudos em torno do uso e ocupação do solo urbano, tema que vem sendo aprofundado nos últimos anos em virtude da consolidação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) no Brasil.

O entendimento clássico de *urbanização* tem a ver com o quantitativo populacional, versando sobre a predominância da população urbana sobre a rural. Este fenômeno atrela-se também à morfologia e a características do sítio urbano, à produção e circulação de mercadorias (industrialização-consumo), aos equipamentos urbanos, ao setor de serviços e aos modos de vida na cidade (dimensão subjetiva-cultural), dentre outras características.

Clark (1991) entende o fenômeno da urbanização a partir de um conjunto de valores, expectativas e estilos de vida presentes no espaço urbano. Ele não exclui o processo de trocas de mercadorias e industrialização, mas enfatiza a importância dos lugares urbanos

para os comportamentos dos grupos sociais nas cidades.

A população mundial, que já ultrapassou a cifra de 7 bilhões de habitantes -embora de forma cada mais desacelerada - continua crescendo. Esse crescimento, no entanto, não é homogêneo. Em primeiro lugar, os países de industrialização recente são os que mais contribuem para o acréscimo de pessoas, uma vez que, nessas regiões, o crescimento vegetativo da população é maior.

Por outro lado, percebe-se que a urbanização é um fenômeno cada vez mais generalizado no mundo. Segundo a ONU, "em 1960, a população urbana representava 34% da população mundial; em 1992, era de 44%; em 2008, a previsão era 53% e estima-se que em 2025, 61,01% de toda a população mundial viva em cidades" (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2007, p. 6, tradução nossa).

O crescimento do número de pessoas que vivem em cidades se explica, principalmente, pela expulsão dos homens do campo, seja pela falta de perspectiva de vida ou pela mecanização agrícola e pela expectativa de melhoria das condições de vida nas cidades. Como nas economias mais desenvolvidas esse processo já vinha acontecendo desde o século XIX e já está estabilizado, é possível pensar que o crescimento urbano, nos dias atuais, seja um fenômeno característico de países subdesenvolvidos.

Nos países subdesenvolvidos, a urbanização situa-se a partir da 2ª metade do século XX e carrega consigo problemáticas estruturais graves. Na América Latina o intenso êxodo rural e a carência de empregos nos setores secundário e terciário trouxeram consequências como a expansão das favelas, o crescimento da economia informal e, em muitos casos, o aumento do contingente de população pobre em torno de uma metrópole, em um processo denominado de *Macrocefalia Urbana*.

No Brasil, as bases da industrialização foram lançadas na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e a consolidação deste processo se deu nas décadas de 1950 e 1960, desencadeando um quadro de modernização de toda a economia, que elevou as cidades à posição central na vida brasileira (IANNI, 2010).

De acordo com o último Censo Populacional feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, o Brasil atingiu a marca de 190.732.694 (cento e noventa milhões, setecentos e trinta e dois mil e seiscentos e noventa e

quatro) habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Para chegar a esse patamar, o país passou por profundas transformações, principalmente durante o século XX. Durante a década de 1940, a população predominante no Brasil era rural, ou seja, não vivia em cidades. Segundo os dados do IBGE, a população urbana era de 31,30% em 1940 e passou para 84,35% em 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), um avanço significativo que resultou numa grande transformação nos modos de vida da população brasileira. A população idosa cresceu, as taxas de analfabetismo e mortalidade infantil caíram, bem como a população jovem e a taxa de fecundidade, dentre outros aspectos.

O processo de modernização da economia brasileira, até os dias de hoje, não levou à superação da pobreza. A modernização aprofundou as desigualdades sociais já existentes, geradas ao longo da história, pois possuiu como alicerce uma maior concentração de renda.

O fato é que o Brasil apresenta em seu território uma grande quantidade de pessoas vivendo em cidades. Esta é uma realidade que confere ao país um grau de urbanização nunca antes alcançado, significando um acúmulo assaz grave de problemáticas urbanas das mais diversas.

3 DIMENSÕES TEÓRICAS DO COTIDIANO

Henri Lefebvre (1991) já afirmou que o cotidiano é o campo de renovação simultânea, uma etapa, um momento, provido de necessidades, trabalho, lazer, produtos e obras, o passivo e o criativo, uma interação dialética para a realização do possível em sua totalidade.

O entendimento de cotidiano em Lefebvre assemelha-se a noção de "práxis" abordada por Karel Kosik em sua *Dialética do Concreto*. Para este, "[...] a práxis é ativa e se produz historicamente [...] ela se traduz de modo essencial, se articulando com *todo* o homem e o determina em sua totalidade" (KOSIK, 2002, p. 222). Assim, pode-se inferir que a totalidade concreta aparece a partir da ordem que as coisas tem e não como eu as organizo no meu espírito. É a partir da "práxis" que o homem vai diferenciar-se dos outros animais e estabelecer uma relação do mundo como totalidade.

Então a "práxis" é colocada como a totalidade da prática humana, incluindo uma atividade objetiva do homem como *ser* histórico e transformador do mundo social e enquanto *ser* de uma formação subjetiva.

Agnes Heller, em seu *O cotidiano e a História*, afirma que a vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*, participando o homem através de todos os aspectos de sua individualidade e personalidade (HELLER, 2004). O posicionamento da pesquisadora engloba os aspectos da vida humana como um todo, trabalho, intelectualidade, valores, ideias, paixões, dentre outros. Para ela a "vida cotidiana faz parte do 'centro' do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social". Desta forma, os grandes acontecimentos históricos não cotidianos "partem da vida cotidiana e a ela retornam" (HELLER, 2004, p. 20).

O posicionamento de Heller se entrecruza com os aspectos levantados por Lefebvre. O cotidiano e a vida cotidiana são sem dúvida instâncias propícias à descoberta e à criatividade do pensamento e das ações humanas.

Ainda segundo Heller (2004), o indivíduo é sempre, simultaneamente, "ser particular" e "ser genérico". A "particularidade" é observada a partir das próprias necessidades humanas básicas, necessidades do "Eu", presentes na consciência do indivíduo, como sentir fome e sede, por exemplo. Já o "ser genérico", segundo a autora, é sempre produto das relações sociais, pois, o "humano-genérico" nunca se encontra só, está sempre em integração, independente do grupo, formando uma espécie de "consciência de nós" (HELLER, 2004).

Lefebvre (1991) diferencia o *cotidiano* da *cotidianidade*. Para ele, a cotidianidade se relaciona diretamente com a modernidade. Segundo o autor, durante praticamente toda a história da humanidade, sempre houve mais "obras" que "produtos", a obra é única e o produto um simulacro, portanto, a partir do século XVIII e com mais força nos séculos XIX e XX instala-se "o reino da cotidianidade", que se traduz pela produção do homogêneo, fragmentando a vida cotidiana, com as mesmas roupas, os mesmos gestos, os mesmos percursos, os mesmos hábitos alimentares, entre outros.

O cotidiano, muitas vezes é assimilado com o trivial, o enfadonho e o repetitivo. O mito de Sísifo, quanto a isso, é bastante esclarecedor. Por tentar roubar o segredo dos deuses, tinha sido acometido por um castigo bizarro: empurrar continuamente uma pesada pedra em direção ao pico de um monte. Ao chegar com a pedra ao topo da montanha, uma força inexplicável a empurrava novamente para a sua base. O infeliz recomeçava o trabalho e "[...] rios de suor lhe corriam pelos membros e em torno de sua cabeça se erguiam turbilhões

de poeira" (MENARD, 1965, p. 152). A metáfora fatigante de Sísifo assemelha-se ao cotidiano, ou melhor, a cotidianidade do homem moderno, ou seja, remonta os trabalhos repetitivos, fúteis e que para uma enorme massa não emana esperança alguma de melhores condições de vida.

Estas concepções se assemelham muito ao que Lefebvre (1991) convencionou denominar de "Sociedade Burocrática do Consumo Dirigido", expressão que traduz o caráter racional da sociedade mais o objeto organizado por ela, "o consumo", que por sua vez passa a ganhar mais ênfase que a produção. Assim, o cotidiano perde seu alcance e dá lugar a cotidianidade, que se caracteriza pela programação não somente do trabalho social, mas igualmente do lazer, do repouso e do consumo em todas as suas esferas de alcance possíveis.

Nesta linha de pensamento, Vervloet (2002, p. 138) afirma que "a dinâmica espacial ganha existência contínua na reprodução dos bens de consumo", visto como *alienação*¹ e sendo o grande estimulador das relações sociais. A globalização acentua indubitavelmente esta afirmação, visto que ela é produtora de um discurso único do mundo, baseado na disseminação de modelos estéticos, ideológicos, éticos, que povoam o imaginário de grande parte da população no globo terrestre.

Para Lefebvre (1991), a ideologia da produção e o sentido da atividade criadora são substituídos pela "ideologia do consumo". Assim, o homem, ele próprio, é transformado em mercadoria, vivendo para consumir, só desta maneira encontra satisfação.

Com visão semelhante, Milton Santos aponta o consumo-consumismo como o grande fundamentalismo do nosso tempo, alcançando a todos e provocando um "[...] emagrecimento moral e intelectual da pessoa, reduzindo sua visão de mundo, causando o esquecimento do significado fundamental entre consumidor e cidadão" (SANTOS, 2000, p. 49). Roberto Vervloet (2002, p. 138) afirma ainda que o cotidiano do homem contemporâneo,

[...] não será diverso, por que o homem tem um cotidiano que é uma extensão na qual vive para consumir, não vive sem consumir e produz para consumir, de modo que esse cotidiano perverso se torna uma "prisão", onde o homem vive uma oscilação entre uma esperança de fuga provida do futuro que sempre o alimenta e as grades quase intransponíveis na ausência de melhores alternativas ou oportunidades de mudança.

A visão do autor, no que tange ao cotidiano, a cotidianidade e suas relações com o

consumo constitui uma tendência geral e inquestionável sob a égide do mais alto grau da expansão capitalista, a globalização. Mas é necessário salientar que existem diversos cotidianos, presentes em diferentes escalas, lugares e que variam em níveis de consumo também, diferenciando-se de grupo para grupo ou de sujeito para sujeito e não somente um cotidiano do homem contemporâneo aflito e que sucumbe, sendo submisso aos ditames do mercado e da publicidade, o que é disseminado cada vez mais por uma ideologia racional e dominante.

Heller (2004, p. 39) acredita que a vida cotidiana se presta à alienação, mas admite também que ela não "é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais". Evidentemente que se vive e se sobrevive num sistema capitalista, mas não se pode reduzir a noção de cotidiano apenas ao nível do processo de produção e reprodução do capital, apesar deste estar representado de maneira cada vez mais uniforme no período atual.

Como afirma Damiani (2001b), as relações sociais não podem subordinar-se, em termos de análise, apenas ao político e ao econômico. Então "o cotidiano amplia seu universo, extrapolando para a análise das relações entre os indivíduos e os grupos, incluindo o vivido, a subjetividade – as emoções, os hábitos e comportamentos" (DAMIANI, 2001b, p. 162).

4 SOBRE A VERTICALIZAÇÃO URBANA E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O espaço urbano na atual fase histórica apresenta-se como objeto indelével do processo de acumulação capitalista. Cada vez mais, o solo urbano transforma-se em mercadoria, o que favorece a ampliação da mais-valia de grupos seletos inseridos no sistema financeiro mundial.

É importante destacar que o processo de *verticalização urbana* vem sendo analisado por muitos estudiosos no Brasil, a exemplo de Spósito (1991), Souza (1994), Mendes (1992), Somekh (1997) e Ramires (1998). Além desses trabalhos, pode-se destacar uma razoável quantidade de monografias, dissertações e teses sobre o tema em questão produzidas nas mais diversas instituições de ensino superior no país.

A análise de Souza (1994) incide sobre os processos de produção e apropriação do

espaço urbano em São Paulo no âmbito da verticalização. Sua teoria sobre a *Identidade da Metrópole* na busca de uma interpretação da totalidade do processo urbano na capital paulista se afirma na “[...] relação mútua de quatro agentes principais: o capital imobiliário, o capital financeiro, o capital fundiário e o capital produtivo” (SOUZA, 1994, p. 27).

A verticalização urbana, de acordo com Souza (1994, p. 129) constitui-se numa “especificidade da urbanização brasileira”, pois “em nenhum lugar do mundo o fenômeno se apresenta como no Brasil, com o mesmo ritmo e com a mesma destinação prioritária para a habitação”. Dessa forma, a verticalização aparece como uma das principais modalidades de apropriação do espaço urbano nas grandes cidades do mundo e também no Brasil, pois representa um tipo de habitação – ao menos no discurso racionalizante global – atrelada ao que há de moderno, gerando sentimentos de satisfação.

Mendes (1992 p. 32) define a verticalização como o “processo intensivo de reprodução do solo urbano, oriundo de sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, aliado às inovações tecnológicas, alterando a paisagem urbana”. O autor fala de processo intensivo, o seja, o solo urbano (escolhido de forma seletiva) possui a capacidade de receber edifícios de forma acelerada a partir dos ditames do grande capital.

Ramires (1998, p. 13), ao estudar a verticalização em Uberlândia, afirma que o espaço verticalizado não só “representa uma revolução na forma de construir, afetando a dinâmica de acumulação/reprodução do capital no setor da construção civil e mercado imobiliário”, como atesta que este processo é um bom negócio para os capitalistas.

Entendida como resultado da multiplicação do solo urbano (SOMEKH, 1997; SOUZA, 1994), a verticalização no Brasil se caracteriza por estar atrelada, sobretudo, à habitação e não ao setor de serviços como aconteceu em muitos outros países do mundo.

O Estado, principalmente na 2ª metade do século XX, teve e tem um papel fundamental no financiamento da expansão das cidades brasileiras, como por exemplo a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) durante os anos 1960 e 1970 ou da Caixa Econômica Federal através do *Minha Casa, Minha Vida*, presente na agenda do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no século XXI, todos amparados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

É necessário afirmar que o processo estudado aqui deriva das estratégias do capital financeiro atuantes nos grandes centros urbanos, que privilegiam algumas áreas da cidade em detrimento de outras, o que acaba gerando um processo de desenvolvimento desigual no seio do tecido urbano, acentuando a crise na cidade.

Em 1845, Friedrich Engels publica uma de suas obras mais conhecidas, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. O autor denunciou as péssimas condições de vida das classes operárias nos centros industriais ingleses e de que forma eram explorados pela burguesia. Londres, Manchester, Leeds, Liverpool são algumas das cidades analisadas por Engels (2010, p. 69-70), que afirma:

[...] nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. [...] Nos “bairros de má fama” habitualmente as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos, cheias de charcos fétidos. A ventilação é precária, dada a estrutura irregular dos bairros [...]

O que Engels constatou nos anos quarenta do século XIX é muito semelhante à situação das classes excluídas nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos.

A *segregação socioespacial* pode ser definida como “tendência à concentração de determinado grupo social em área específica, sem, portanto haver exclusividade” (VILLAÇA, 2001, p. 21). Essa tendência concentradora de que fala Villaça, nos remete ao espaço da contradição entre grupos sociais distintos ocupando uma mesma cidade.

Os pobres urbanos ocupam áreas desfavoráveis à habitação (loteamentos clandestinos e irregulares), como encostas, margens de cursos d’água, áreas próximas a lixões, dentre outras. Enquanto os grupos abastados moram em áreas valorizadas e com maior infraestrutura.

O movimento segregador acontece de forma acelerada no Brasil por conta da mercantilização do solo urbano. Os incorporadores imobiliários, financiados pelo Estado e partícipes do movimento do capital financeiro global, possuem um papel decisivo na consolidação da segregação socioespacial.

Os incorporadores modificam a dinâmica urbana expulsando camadas populares ao selecionarem áreas para a construção de condomínios residenciais, edifícios comerciais, shopping centers, galerias, entre outros, com a finalidade precípua de acumular capital.

Pelo exposto, é legítimo afirmar que o processo de segregação socioespacial caracteriza as cidades no Brasil, já que possui como fundamento a lógica de reprodução e acumulação do capital na esfera urbana que espolia os pobres.

Este processo acontece concomitantemente à disseminação da ideologia do “morar bem” propalado pelas construtoras, através da publicidade dominante que “vende sonhos”, o que acaba por valorizar e expandir outro mercado, o de móveis e o design de interiores, por exemplo.

5 A PRODUÇÃO E A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO LUÍS

A cidade de São Luís do Maranhão nasceu durante o período colonial no século XVII e resultou da estratégia da metrópole lusitana para barrar os avanços das nações rivais. Durante a segunda metade do século XVIII atinge o seu apogeu econômico aproveitando a valorização internacional do seu principal produto de exportação - o algodão.

Este período propiciou uma acumulação de riqueza responsável pela adoção da peculiar arquitetura do centro histórico da cidade que se caracteriza por imponente conjunto de casarões coloniais portugueses².

Após o declínio da atividade algodoeira, a economia local, que polariza a economia regional, mergulha num obscurantismo relativo quando comparada ao comportamento da produção de riqueza no país, o qual, durante o século XX, experimenta uma rápida escalada em direção à industrialização.

Somente a partir de um projeto nacional arquitetado pelo regime militar, implantado no início dos anos 1960, o *Projeto Grande Carajás*, a economia regional é dinamizada, consolidando-se na metade dos anos 1980 quando da inauguração da Estrada de Ferro Carajás – São Luís (VALVERDE, 1989). A inserção dessas indústrias na cidade promoveu a conexão da região com o comércio mundial de minério e representou o estopim de uma radical alteração da dimensão espacial na capital maranhense.

Os investimentos estatais oriundos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Banco do Nordeste (BNB) incentivaram a expansão do espaço urbano, bem como a construção de pontes sobre o rio Anil a partir do início da década de 1970. Houve, assim, “[...] uma ruptura com o traçado urbano e o modo de vida tradicional do ludovicense” (LOPES;

SILVA, 2008, p. 291), provocando, por conseguinte, a saída das famílias de classe média e alta do antigo núcleo central em direção ao que se convencionou chamar de *Cidade Nova*³.

A dinamização da economia da cidade provocou o crescimento populacional principalmente devido ao afluxo de migrantes. Isto, por sua vez, levou a intensificação do uso do solo urbano a uma nova espacialização da cidade, caracterizada por modos de apropriação espontâneo do solo pelos migrantes e outros grupos empobrecidos da sociedade local.

A expansão da cidade mediante tais modalidades de apropriação do espaço urbano resultou em significativa desigualdade no que se refere à infraestrutura disponível para os diversos territórios da cidade em intensa expansão. Esta desigualdade tornou-se mais acentuada através de modalidades contemporâneas de produção e apropriação do espaço pelo que designamos de *grupos sociais dominantes*.

De início, um significativo processo de verticalização na área da *Cidade Nova* tomada pelos grupos dominantes propiciou a concentração de escritórios, restaurantes, shoppings e condomínios verticais. Com a inserção da cidade num sofisticado roteiro turístico regional, esta área recebeu novos investimentos através da implantação de uma razoável rede hoteleira. Outra característica, que surge nos últimos anos, é a implantação de diversos condomínios horizontais de padrão médio e alto.

Estes fenômenos representam um momento de particular vitalidade da indústria da construção civil e de empresas imobiliárias que tem sido chamado, pela imprensa local, de “boom imobiliário”, concentrado na área da cidade para a qual os grupos dominantes se dirigiram a partir dos anos 1970.

A partir do último decênio do século passado, São Luís assumiu características peculiares no que tange ao seu espaço urbano. O acréscimo veloz de edifícios inicia a transformação da cidade em metrópole, sua economia se diversifica e seu espaço se moderniza. Em contrapartida, uma grande parcela populacional da cidade não participa das benesses da modernização, o que acarreta o surgimento, a manutenção e a expansão de grandes espaços de exclusão, representados pelo que chamamos de *grupos sociais dominados*.

Estas transformações no espaço apropriado pelos grupos dominantes revelam um padrão cosmopolita de consumo do espaço por parte destes. Para eles, a verticalização é o símbolo maior de uma modernização urbana que se

assemelha aos modos de vida e padrões socioculturais das grandes metrópoles. Por isso que a “[...] verticalização, assim, realiza espetacularmente a acumulação e a reprodução” (SOUZA, 1994, p. 26). Esta ideia é claramente percebida no espaço urbano da *Cidade Nova* ludovicense, não só pelos modernos edifícios, mas também pela crescente diversidade de serviços especializados oferecidos às classes mais abastadas, que concentram fortemente grande parte da renda urbana na capital.

Neste sentido, o padrão emergente de produção do espaço no norte da cidade, onde estão os grupos dominantes, parece resultar numa maior homogeneização deste espaço.

São Luís assume um padrão de segregação típico do *Planeta Favela*, termo que Mike Davis (2006) usa para se referir à difusão do padrão de segregação socioespacial das cidades através da consolidação e ampliação do fosso que separa a cidade formal (conectada ao fluxo de trocas no mercado global) da cidade informal (derivada das estratégias de sobrevivência dos grupos dominados, que resultam nos assentamentos precários).

Analisando os fatores determinantes da produção do espaço no mundo contemporâneo, Milton Santos (2000) forjou o termo “lugares esquizofrênicos”, pois com a capacidade de inserção no mercado globalizado, os espaços de um lado acolhem vetores da globalização, que se instalam para impor sua nova ordem, e de outro lado conhecem uma contraordem, na medida em que o processo leva ao crescimento acelerado dos pobres e excluídos. Sobre as condições dos grupos dominados na cidade de São Luís, Diniz (2007, p. 172) afirma:

A favela maranhense surgiu a partir da expansão da mancha urbana da segunda metade do século XX, ocupando precariamente terrenos públicos e particulares, surgindo vilas, conjuntos e bairros como Vila Cafeteira, Vila Itamar, Vila Isabel, Vila Mauro Fecury, Vila Pavão Filho, Vila Kiola, Vila Jaracati, Vila Santa Clara, Divinéia, São Bernardo e Vila Cascavel. Sendo todos formados por barracos e mocambos construídos com material de refugo, com caixotes, tábuas soltas, folhas de zinco, com palha, taipa e adobe. Outras situam-se em encostas de colinas ou em áreas alagadas de mangue.

O professor Wagner da Costa explica que uma das principais questões que explicam a produção e expansão da pobreza e a concentração de renda por parte dos grupos dominantes na cidade, encontra-se no sistema político oligárquico estadual, que se traduz como patrimonialista e clientelista. Sobre a produção da riqueza pelos grupos dominantes em São Luís ele afirma:

Essa é a “poupança” a partir da qual se constroem patrimônios (casas, apartamentos, fazendas); se compram os carros do ano e da moda; se constituem “empresários bem sucedidos” do comércio, de postos de gasolina, hospitais, escolas, hotéis, concessionárias. Corrupção sistêmica que produz e reproduz a miséria social e que encontra em São Luís seu espelho invertido, pois alimentou o “boom” imobiliário dos condomínios e apartamentos de luxo destinados, em vários casos, à “lavagem de dinheiro” (segundo as investigações da PF). Contrapondo, num quadro brutal e sem pudor, a opulência verticalizada e artificial da “área nobre” da capital à pobreza estrutural da população. (COSTA, 2009, p.41-42).

A produção serve para atender interesses de indivíduos que estão no poder, que exercem também a função de empresários, que detêm o controle de serviços dos mais especializados na parte nobre da cidade.

Esta lógica, presente em São Luís, acontece de forma sincrônica, pois, à medida que o espaço urbano se verticaliza na *Cidade Nova*, também cresce de forma horizontal uma massa de marginalizados em direção a leste, sudeste e sudoeste de seu espaço.

Prova disso é o que atestou recentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) ao revelar que houve um aumento expressivo do número de assentamentos subnormais⁴ no intervalo de dez anos em São Luís. Em 2000 eram oito as áreas de assentamentos subnormais, em 2010 aumentou para vinte e três o número dessas áreas. Aliado a isso, a população no município de São Luís saltou de 870.028, em 2000, para 1.011.943, em 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

A afirmação de Milton Santos também é reveladora, ao afirmar que a metrópole é corporativa e fragmentada, composta de espaços luminosos, expressão máxima da modernização, e de espaços opacos – periferias, lugares da exclusão dessa mesma modernização (SANTOS, 1993).

A produção do espaço por processos hegemônicos globalizados implica na subalternização de grupos sociais e numa consequente apropriação diferenciada da cidade, orientada pelos interesses dos grupos vinculados aos processos dominantes.

Assim, o processo de alienação no cotidiano da sociedade ludovicense se concretiza a partir de duas vertentes, uma atrelada à subordinação pela dominação política e outra a partir das relações de produção que moldam as relações sociais, isto é, o consumo.

Mas por outro lado, é perceptível que existe um cotidiano “ordinário”, oculto, aquele cotidiano dos grupos oprimidos, que estão à margem deste sistema, mas que possuem ca-

pacidades incríveis de invenção e criatividade. Dois pensadores se detiveram sobre estudos nesta perspectiva: o geógrafo Milton Santos e o historiador Michel de Certeau.

Milton Santos acreditava nos pobres que vivem nas metrópoles, nos migrantes, na sua ação comunicativa, espontânea e criativa em relação ao mundo, propiciada pelo que chamou de "lógica da escassez" (SANTOS, 2000). Para o pensador, apenas o pobre é sábio, porque é marginalizado da sociedade e por isso pode vir a alcançar uma visão mais crítica e transformadora dela. Foi a partir deste entendimento que forjou a expressão "contra-racionalidades" (SANTOS, 2002).

Michel de Certeau, em seus dois volumes de *A Invenção do Cotidiano* retratou de forma detalhada o universo dos grupos "silenciados", representados através do que chamou de "uma cultura muito ordinária" (CERTEAU, 1994; CERTEAU; GIARD, 1996), abordando aspectos como as práticas espaciais, os diversos tipos de uso da língua, o cotidiano do habitar, da culinária, dentre outros temas. Sua sensibilidade é revelada através da percepção em relação a determinadas formas de agir dos grupos no cotidiano, gerando pequenas resistências e fundando microliberdades na esfera local, desviando os limites de uma dominação que é imposta.

O pensamento de Santos se encontra com o de Certeau justamente quando concordam que alguns grupos sociais se fortalecem na contramão de uma racionalidade técnica, possuindo capacidades inventivas que escapam desse processo.

Santos atribuiu uma "Força própria ao Lugar" (SANTOS, 2002) traduzida por uma resistência da denominada *nação passiva*⁵. Nesta mesma linha de pensamento, Certeau (1994) forjou os termos "artes de fazer" e "táticas de resistência", próprias do "homem ordinário", que inventam e reelaboram códigos e objetos, estabelecendo uma (re)apropriação do espaço através das formas uso.

A periferia do município de São Luís, que tem aumentado a um ritmo acelerado nos últimos anos, constitui um terreno fértil para o desenvolvimento através do cotidiano. Os pobres urbanos fazem parte do tempo da lentidão (SANTOS, 2002). Em São Luís pode-se identificar essa lentidão quando olhamos os espaços marginais.

A vida nas áreas marginais ocorre nos seus ritmos genuínos, as cadeiras nas calçadas, as brincadeiras na rua, as trocas e experiências

culturais, ou seja, relações de vizinhança bem próximas, mas concomitantemente, existe a violência, os assaltos, os homicídios, o tráfico, que devem ser coibidos pelas autoridades competentes e apontados outros caminhos através das artes, do esporte e da educação em sentido amplo.

Portanto, o cotidiano se dá sob aspectos variados, seja aberto a alienação ou como um percurso rumo a conscientização, ele é indubitavelmente uma realidade concreta revelada pela práxis enquanto totalidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização verificado ao longo do século XX na cidade de São Luís transforma a antiga cidade, antes limitada e pequena, numa grande aglomeração. Esta mudança acontece não apenas no âmbito quantitativo, mas, sobretudo, transforma-se em aspectos qualitativos.

O capital estatal aliado aos investimentos industriais foram os grandes responsáveis pela fragmentação do espaço urbano da cidade, transformado, no atual período histórico, em mercadoria, isto é, o solo urbano é determinado pelo preço, o que acaba por afastar grupos dominantes (que vivem em bairros com melhores condições) dos grupos dominados (moradores de áreas irregulares, clandestinas ou de risco).

Um dos motivos que fazem de São Luís uma cidade claramente dividida em seu espaço urbano (grupos dominantes x grupos dominados), é a grande concentração de renda inerente aos grupos dominantes, que com seu poder de consumo usufruem o que o mercado (imobiliário, carros, roupas de grife, etc.) oferece. A política, representada por grupos que se encontram há muito tempo no poder no Maranhão, é uma das grandes responsáveis por agravar a problemática da segregação socioespacial, tanto no que tange à quase ausência de políticas públicas, como na questão da apropriação da coisa pública.

É preciso entender que a dinâmica de expansão urbana, em São Luís, decorre de processos políticos e econômicos que determinam a produção do espaço com a divisão da cidade em pedaços, havendo como principal consequência a proliferação da população pobre, que permanece excluída e na imobilidade da base da pirâmide das classes sociais.

Mas o espaço urbano é o lugar da resistência, é o palco das realizações humanas, por

isso é nele que os indivíduos podem criar mecanismos contra o que é imposto pelo capitalismo, já que o movimento da globalização é um entrave para a geração da consciência.

E é na cidade que os indivíduos podem se reconhecer no mundo, pois é no cotidiano vivido no local que o mundo pode ganhar sentido, pois como nos ensinou o próprio Milton Santos (2002, p. 314) "simultaneamente, o local se opõe ao global e se confunde com ele [...] o lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, mas é também o teatro das paixões humanas, aberto à espontaneidade e à criatividade".

NOTAS

1. Segundo Marx (1983, p. 90), "o trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do *aumento de valor* do mundo das coisas. O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens". Esse conceito se amplia em tempos de globalização, visto que se observa uma proliferação do consumo de massa aliado às diversas formas de lazer, difundidas de forma intencional por gigantes transnacionais.
2. É necessário ressaltar que tais casarões podem ser considerados como os primeiros sinais da verticalização do espaço urbano de São Luís, que por meio do poderio econômico da elite local modificou de forma acentuada a paisagem da cidade, principalmente nas áreas da Praia Grande e Largo do Carmo.
3. A denominada *Cidade Nova* abrange as áreas com maior infraestrutura urbanística e de serviços em São Luís, apresentando uma morfologia urbana característica que engloba essencialmente os bairros do Renascença I, II e todo o território que compreende a orla marítima e seu entorno.
4. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), os assentamentos subnormais são "um conjunto de moradias com um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais".
5. Esta se contrapõe ao que o autor chamou de *nação ativa* e se caracteriza como "estatisticamente lenta, localmente enraizada e orgânica, mantendo relações de simbiose como o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e à contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também

constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. A nação passiva *mora*, ali onde vive e evolui, enquanto a outra apenas circula utilizando os lugares como um recurso ao seu serviço" (SANTOS, 2000, p. 157).

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, M.; GIARD, L. Uma ciência prática do singular. In: CERTEAU M.; GIARD, L.; MAYOL, P. (Org.). *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 335-342.
- CLARK, D. *Introdução à geografia urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- COSTA, W. C. A bomba suja: crise, corrupção e violência no Maranhão contemporâneo (2004-9). *BOLETIM DA CONJUNTURA REGIONAL NE 5 (CNBB)*, São Luís, 2009.
- DAMIANI, Amélia Luísa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001a. p. 48-61.
- _____. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. *Novos caminhos da geografia* (Org.). São Paulo: Contexto, 2001b. p. 161-172.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Edições Boitempo, 2006.
- DINIZ, J. S. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, v. 5, n. 1, p. 167-180, 2007.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Edições Boitempo, 2010.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LOPES, J. A. V.; SILVA, R. L. Roteiro 3: a cidade nova. In: SÃO LUÍS, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. São Luís: Sevilla, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos de 1844. In: FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MENARD, R. *Mitologia e arte: deuses, mitos e heróis*. São Paulo: Edameris, 1965. v. 1.

MENDES, C. M. *O edifício no jardim: um plano destruído – a verticalização em Maringá*. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

RAMIRES, J. C. de L. *A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação*. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/FAU/MAU, 1992. p. 241-244.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hicitec, 1993.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002 (Coleção Milton Santos, 1).

SOMEKH, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: EDUSP; Nobel; FAPESP, 1997.

SOUZA, Maria A. A. *A identidade da metrópole*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *O chão arranha o céu: a lógica da reprodução monopolista da cidade*. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. *State of world population 2007: unleashing the potential of urban growth*. New York: UNFPA, 2007.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VERVLOET, Roberto J. H M. A paisagem do diabo contemporâneo: como a dinâmica espacial articula as transformações da paisagem urbana segregando classes sociais. *Revista Geografares*, Vitória, n. 3, p. 133-142, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ngeoufes/download/paisagem3.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2009.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2001.